

GRITO DOS/AS EXCLUÍDOS/AS

"Vida em primeiro lugar - "Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um projeto popular"

O ESPETÁCULO E O COTIDIANO

Grito Belém-PA/2009



O Grito dos/As Excluídos/as de 2010, com o lema “Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um projeto popular”, ocorre entre dois grandes espetáculos de mídia e de repercussão nacional: A Copa do Mundo que já chegou ao fim, e as eleições majoritárias, cujo processo segue a todo vapor.

Espetáculos podem ajudar na convergência de uma série de ações isoladas, podem tornar um conjunto de atividades numa atividade de conjunto, como também podem conferir maior visibilidade e incidência a determinada práxis sócio-pastoral ou sócio-política. Por que podem? Porque, para que isso de fato ocorra, há

uma condição sine qua non: é que o espetáculo tenha suas raízes mergulhadas nos temores e esperanças do cotidiano popular.

Caso contrário, espetáculos não passam de shows pirotécnicos: sobem com rapidez vertiginosa, explodem, iluminam o céu com seu jogo de cores, mas logo descem e se reduzem a cinzas. Rojões que sobem e clareiam com a mesma velocidade com que se apagam e deixam tudo no escuro. Cabe aqui o poema de Carlos Drummond de Andrade: “E agora, José? A festa acabou, a luz se apagou, o povo sumiu, a noite esfriou, e agora José? E agora, você?”.

A proposta do Grito é justamente voltar a por os pés no chão. A realidade está aí, o caminho é íngre-

me e cheio de obstáculos. Direitos não chegam como concessão dos detentores do poder ou da riqueza, direitos são conquistas que requerem consciência, organização e mobilização popular. Agora que o eco dos gols morreu, que as vuvuzelas silenciaram, que a poeira baixou, é hora de encarar os fatos e recomeçar a luta por mudanças sociais, pela construção conjunta de um projeto popular.

Estamos cientes que tal projeto não se dá somente com espetáculos. Aliás, os espetáculos podem desviar a atenção de nossas energias. As mudanças ocorrem num processo lento e longo, suado e laborioso. Como as sementes, amadurecem no solo escuro e umedecido pelas lágrimas dos

pobres e excluídos. Como as flores e os edifícios, levantam-se do chão sobre um sólido alicerce. Como as plantas, criam raízes antes de se erguerem ao céu, à luz do sol e ao ar livre. Como os frutos, só podem ser colhidos depois de maduros.

Aí está o grande desafio do Grito em sua edição de 2010. Levantar-se das cinzas e das ruínas de um projeto popular fragmentado, desvirtuado pela política econômica dos últimos governos. Avançar da crise e do saudosismo mórbido para a encruzilhada de novas decisões. Aqui é preciso transfigurar o verde-amarelo do futebol e da seleção canarinho no verde-amarelo da luta pelo “Brasil que queremos”, como nos lembra o processo das Semanas Sociais Brasileiras, dos Plebiscitos Populares e de tantas outras lutas e campanhas.

Neste ano, em especial, estão em jogo as eleições majoritárias. Duas armas nos são indispensáveis na escolha daqueles que vão direcionar os destinos do país: a lei 9840, contra a corrupção eleitoral; e a lei da ficha limpa, que impede a candidatura de condenados em segunda instância. Não resolvem tudo, mas ajudam a tornar mais ético o campo da política. Também temos pela frente um novo plebiscito popular, desta vez sobre o limite máximo da propriedade da terra.

O apelo do Grito é um convite a descer das arquibancadas e entrar no gramado do campo. Na Copa do Mundo, podemos exercer o papel de meros expectadores, ou de telespectadores. Não nas eleições e nas lutas populares. Aqui cada pessoa, cada movimento ou pastoral social, cada entidade, associação ou organização é chamada a ser protagonista das mudanças necessárias e urgentes. A Semana da Pátria e o Dia da Independência ganham não apenas uma cara de celebração e festa, mas também um caráter popular de organização e mobilização pelo projeto popular.

A Coordenação

"VIDA EM PRIMEIRO LUGAR, VAMOS ÀS RUAS

Objetivos

OBJETIVOS GERAIS

1 - Anunciar em diferentes espaços e manifestações populares sinais de esperança com a perspectiva de transformação por meio da unidade, organização e das lutas populares.

2 - Denunciar todas as formas de Injustiças promovidas pelo sistema capitalista implantado em nosso país, que causa a destruição e a precarização da vida do povo e do planeta.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Defender a vida em todas as suas dimensões construindo alternativas que fortaleçam, mobilizem e organizem os/as excluídos/os;

- Lutar em defesa das riquezas naturais (água, terra, minérios e sementes) do nosso planeta e denunciar o crescimento econômico que explora e destrói toda forma de vida no planeta;

- Apoiar e reforçar, através de uma ampla mobilização, a campanha nacional pelo limite da propriedade da terra e participar do plebiscito de iniciativa popular em setembro;

- Proporcionar alternativas de manifestação popular que tragam esperança e perspectiva de vida para o povo;

- Denunciar as "crises" geradas pelo sistema capitalista que retira direitos dos/as trabalhadores/as;

- Fortalecer a integração dos povos em busca da soberania e apoiar as formas de luta popular;

- Promover o debate de novas relações (gênero, raça, etnia, valores) que respeite e construa a igualdade de direitos proporcionando a reciprocidade, a pluralidade e a valorização das diferenças;

- Construir espaços de unidade dos movimentos do campo e da cidade, dentro da organização popular;

- Ir às ruas e praças para construir o projeto popular;

- Provocar debates, encontros, reuniões, ações, assembleias sobre os direitos e o projeto popular.



Grito Parelhas-RN/2009

EIXOS

PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR: o Projeto Popular nos remete a uma construção coletiva, onde o povo seja protagonista, onde não haja desigualdades. Nossa desafio é construir um projeto que atenda às necessidades e garanta os direitos sociais.

E OS NOSSOS DIREITOS? Um dos grandes problemas do Brasil e do mundo continua sendo a desigualdade social. Direitos é muito mais do que a formalidade dos mesmos, é sim, a sua efetividade. A justiça social aponta para a construção de uma comunidade participativa e sustentável, onde todos tenham direitos à saúde, à educação, ao transporte, à moradia, ao trabalho e a tantos outros e, que estes devem ser respeitados.

SOBERANIA NACIONAL: A soberania nacional acontece quando o direito pela autodeterminação de um povo é respeitado. Construímos cidadania

quando nos organizamos para participar das decisões políticas. Por isso, lutamos pela soberania energética, pela soberania alimentar, pelo limite da propriedade da terra urbana e rural.

MISTICA, ESPERANÇA E UTOPIAS: a esperança se alimenta na força da organização e conquistas das/os excluídos/os. A memória histórica dos/as lutadores/as do povo, dos costumes e culturas nos motivam a continuar na luta para abrir novos caminhos e continuar construindo um mundo de paz e justiça.

INTEGRAÇÃO ENTRE OS POVOS: a América Latina passa por um momento importante que nos impulsiona a dar passos para uma integração entre os povos, baseada na solidariedade. A integração pela qual lutamos, está baseada nos direitos dos povos e não no mercado e nas armas.

COMUNICAÇÃO POPULAR: precisamos lutar pela descentralização e pelo controle dos meios de comunicação social.

PARA CONSTRUIR UM PROJETO POPULAR"



ASSEMBLEIA POPULAR

Após cinco anos de reflexões, debates, lutas, comunidades, cidades, Estados e um rico processo de construção de propostas, realizou-se em Luziânia/Go, nos dias 25 a 28 de maio a II Assembleia Popular Nacional "Mutirão por um novo Brasil". Em 2005 foi realizada, em Brasília/DF, a I Assembleia Popular Nacional (AP) como parte do grande "Mutirão por um novo Brasil" elaborando propostas para o projeto do "Brasil que Queremos" construir.

Os objetivos da II Assembleia Popular foram de aprofundar as propostas de construção do Brasil que Queremos e também de pensar a organização e estruturação da própria Assembleia Popular. Tudo isso em torno do eixo dos direitos, com várias especificidades: direitos sociais, civis, ambiental, econômico, político e cultural.

Destacamos alguns avanços e desafios que foram indicados pela II AP. Dentre os avanços destaca-se o enraizamento da AP nas comunidades, pastorais sociais, organizações populares e movimentos sociais, como um processo de organização e articulação das lutas, ou seja, retomando e ampliando a formação e o trabalho de base. Este trabalho de enraizamento e de formação assumido favorece o despertar da consciência crítica de que, sem esta prática, não tem sentido existir a assembleia popular.

Os desafios estão ligados aos parâmetros de análise da realidade a partir das questões ambientais e das mudanças climáticas, o construir uma análise mais radical do sistema de produção e seus impactos sobre a vida humana e do planeta e a vivência de valores, ética, generosidade e solidariedade.

Outro desafio é acumular forças para lutar contra todas as formas de injustiça. Esta força nasce nas lutas: plebiscito pelo limite da propriedade da terra, contra a transposição do Rio São Francisco e as obras de Belo Monte, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a auditoria das dívidas, contra a militarização e a criminalização dos movimentos, referendo sobre as mudanças climáticas, Grito dos Excluídos.

Ainda como desafio identificamos a necessidade de consolidar a organização da Assembleia Popular e de suas instâncias locais, estaduais e nacional.

SUGESTÕES DE COMO ORGANIZAR O GRITO E O PLEBISCITO

- Onde não há uma equipe organizadora/animadora contribuir para sua criação;
- Favorecer e garantir o protagonismo dos/as Excluídos/as na organização, divulgação e realização do Grito e plebiscito;
- Reunir as Pastorais, Igrejas, Movimentos Sociais e demais entidades afins para organizar uma equipe que anime os Gritos, nas dioceses, cidades, regiões;
- Trabalhar conjuntamente a organização do Grito dos/as Excluídos/as com a Assembleia Popular, Plebiscito pelo limite da propriedade da terra, Consulta Popular e campanhas contra Privatizações, Militarização, Dívida Pública e os TLC's.
- Incentivar a criatividade nos debates, promovendo concursos de redação, gincanas, exposição de fotos, programas de rádio, festivais de música, teatro, poesia, danças, feiras dos/as excluídos/as;
- Priorizar a linguagem simbólica aos discursos;
- Ser criativos na escolha dos símbolos e realização das atividades;
- Promover debates sobre a defesa, promoção e garantia de todas as formas de vida.

ECONOMIA E VIDA: o sistema econômico produz uma grande contradição. De um lado, a abundância de produção de tecnologias e, do outro, a fome e a miséria. A Campanha da Fraternidade deste ano nos chama para a construção de uma nova ordem econômica. A vida deve se sobrepor à economia. Vida em primeiro lugar!

VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE: a Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de Jovens é uma articulação de diversas forças sociais com o objetivo de problematizar as razões das violências, politizando o sofrimento cotidiano da juventude e assumindo ações concretas para o seu enfrentamento. São, em média, 30 mil os jovens assassinados a cada ano no Brasil. A campanha está se organizando em quase todos os Estados do Brasil e tem sido o principal eixo de ação das Pastorais da Juventude do Brasil. E o compromisso que assumimos, enquanto povo que se soma no Grito d@s Excluíd@s, é marchar contra a violência, na luta pelos direitos sociais, co-mungando com todo o povo que luta na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

DIREITO À MORADIA E DIREITO À CIDADE: a construção do projeto popular deve incluir a reforma urbana, garantindo a todos/as o acesso a terra e a moradia digna, deve combater a especulação imobiliária e a concentração da terra, não permitindo que as pessoas vivam nas ruas. Na construção desta nova cidade, as pessoas com deficiência, as mulheres, as crianças, e os idosos serão de verdade acolhidos.

FIQUE POR DENTRO

Grito e Plebiscito juntos, em busca do Brasil que queremos!

Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho? Esta será uma das perguntas que brasileiros e brasileiras terão a oportunidade de responder, entre os dias 01 e 07 de setembro.

Durante a Semana da Pátria, junto com o Grito dos Excluídos, mais de 50 entidades, organizações, movimentos e pastoriais sociais que compõe o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), promoverão o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra.

Entre os dias 15 e 17 de julho, cerca de 100 representantes de todos os estados da Federação estiveram reunidos em Brasília na II Plenária Nacional de Organização para esta consulta popular. Durante o encontro, além de estudos e aprofundamentos realizados sobre a questão fundiária do Brasil, os participantes planejaram e debateram formas de divulgação e de articulação para a semana da coleta de votos.

Dentre os encaminhamentos, foi definido um Dia Nacional de agitação e Mobilização pelo Limite da Propriedade da Terra que será realizado no dia 12 de agosto, em memória a mártir Margarida Alves, camponesa assassinada em 1983. Neste dia os municípios envolvidos no processo de organização farão um grande mutirão de informação formação da sociedade brasileira que já está sendo conscientizada sobre a realidade agrária do país.

Além das entidades que compõem o FNRA, também promovem o Plebiscito Popular pelo Limite da Terra a Assembleia Popular (AP) e o Grito dos Excluídos. A atividade ainda conta com o apoio oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

Para mais informações acesse o site: www.limitedaterra.org.br

ou procure o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pelo telefone (61) 3323-1770 ou ainda pelo email: forumcpt@caritas.org.br

ARTICULADORES

Não esqueçam de enviar até o dia 25/08 informações e programações dos gritos e plebiscitos locais, bem como nome e telefone de uma pessoa responsável para repassar as notícias no dia 7 de setembro para a Secretaria Nacional. Informamos que a coletiva Nacional do Grito/Plebiscito será no dia 2 de setembro.

Conheça as duas perguntas que estarão na cédula do Plebiscito Popular:

1 - Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?

2 - Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?

Assine também o abaixo-assinado que será levado ao Congresso Nacional para que seja votada uma emenda constitucional que determine um limite ao tamanho das propriedades.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em nosso país existem milhares de militantes, defensores dos direitos humanos e lutadores, no campo e na cidade que estão cercados em seu direito de lutar. São pessoas que estão presas, processadas, ou ameaçadas de prisão. Trata-se de uma ação articulada, das forças conservadoras para criminalizar pessoas e movimentos. Um dos casos envolve o companheiro Gegê que se encontra ameaçado de prisão por atuar na defesa dos Sem Teto e na ocupação de prédios vazios no centro de São Paulo. Pedimos a solidariedade com o nosso companheiro e com todos e todas que estão ameaçados/as por defender o projeto popular.

SÍMBOLO DO 16º GRITO

No 12º Encontro Nacional de Articuladores/as, em março, indicamos duas propostas para o símbolo para ser utilizado no grito: Um globo ou a capa da Constituição federal com uma piçação- Onde estão os nossos direitos? Além da simbologia de cada local.

Vamos à luta

A realização e o sucesso do plebiscito popular dependem da participação e do empenho de cada um, de cada entidade, organização e pastoral. Portanto,

- Fale, comente e divulgue, também pela internet e redes sociais (orkut, twitter), o plebiscito para seus amigos, sua família, colegas de trabalho, nas escolas e universidades.

- Integre-se aos comitês locais ou estaduais que vão organizar o Plebiscito.

Na Semana da Pátria, junto com o Grito dos Excluídos:

- Intensifique a divulgação
- Ajude a organizar os locais de votação
- Participe de alguma mesa de votação. Vote.

CNBB

Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz

APOIO AO PLEBISCITO POPULAR PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA E AO 16º GRITO DOS EXCLUIDOS

Reunidas em Brasília, nos dias 14, 15 e 16 de Junho, as coordenações regionais e nacionais das Pastorais Sociais e Organismos da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, assumem o compromisso de participar do 16º Grito dos Excluídos e da organização do Plebiscito Popular por um Limite da Propriedade da Terra no Brasil.

Esta decisão tem como base a consciência de que a democratização da terra através da reforma agrária é uma luta histórica do povo e uma exigência ética afirmada pela CNBB há décadas. É também a realização de um gesto concreto proposto pela Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, promovida pelas Igrejas membros do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), como consta no Texto Base, n. 120: “Mobilização de apoio ao Plebiscito de iniciativa popular pelo Limite da Propriedade da Terra, em defesa da Reforma Agrária, da Soberania Territorial e Alimentar, promovido pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no campo”.

Para isso, convidamos os cristãos e cristãs das dioceses, paróquias, comunidades, movimentos a engajarem-se neste exercício de cidadania que será realizado na Semana da Pátria e especialmente no dia 7 de setembro, junto com o 16º Grito dos Excluídos/as, abrindo espaços, formando comitês, colaborando com os comitês estaduais no processo de informação, formação e coleta dos votos.

O engajamento nesta prática cidadã de democracia direta é uma forma de realizar nossa missão evangélica em favor e junto com os excluídos e excluídas, construindo uma sociedade justa e solidária que garanta vida digna para todos os brasileiros e brasileiras.

Brasília, 16 de Junho de 2010.
Dom Pedro Luiz Stringhini
Presidente da Comissão